

**PORTARIA Nº 355/2021**

Dispõe sobre mudança de lotação de servidor.

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ no uso das atribuições que lhe confere o art. 6, inciso VII da lei estadual nº 16.208, de 03 de abril de 2017;

**CONSIDERANDO** as informações constantes do Processo Administrativo nº 8501892- 68.2021.8.06.0000;

**RESOLVE** lotar no Gabinete da Corregedoria Geral da Justiça a servidora MICHELLE GABRIELLA MENDES DOS SANTOS, Analista Judiciária, matrícula nº 9843, lotada atualmente no Gabinete do Desembargador Paulo Ailton Albuquerque Filho.

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.**

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**, Fortaleza, em 23 de fevereiro de 2021.

**Desembargadora Maria Nailde Pinheiro Nogueira**

Presidente do Tribunal de Justiça do Ceará

**PORTARIA N.º 358/2021**

Regulamenta a forma de citação e intimação do Estado do Ceará e do Município de Fortaleza nas demandas urgentes, durante o período de restrição de circulação de pessoas resultante da pandemia relacionada com a COVID-19.

A **PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**, no uso de suas atribuições legais e regimentais etc.

**CONSIDERANDO** os termos da Lei Federal n.º 13.979/2020, do Decreto Estadual de n.º 33.510/2020 e de suas sucessivas alterações, que dispõem sobre medidas de enfrentamento da pandemia decorrente da propagação da COVID-19;

**CONSIDERANDO**, especialmente, o teor do especialmente o Decreto Estadual n.º 33.936/2021 que, em face do recrudescimento do quadro de contágio, restringiu circulação de pessoas e retomou o trabalho majoritariamente remoto nos órgãos da administração pública;

**CONSIDERANDO** o teor da Resolução n.º 313, do Conselho Nacional de Justiça, bem assim da Resolução n.º 06/2021, do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, que suspendeu até 28/20/2020 as atividades presenciais nas unidades do Poder Judiciário cearense, em decorrência do recrudescimento da pandemia relacionada com a COVID-19, contemplando possibilidade de prorrogações;

**CONSIDERANDO** a experiência exitosa havida em 2020, que originou as Portarias n.ºs 553/2020 e 570/2020 da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará e o Provimento n.º 10/2020 da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará;

**CONSIDERANDO** a necessidade de estabelecer regras claras e padronizadas para o cumprimento das ordens judiciais pelos oficiais de justiça, notadamente visando conciliar a prestação jurisdicional célere, eficaz e ininterrupta, com a preservação da saúde dos mencionados agentes públicos e da população em geral;

**CONSIDERANDO** que o contato físico entre oficiais de justiça e os integrantes da PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO CEARÁ – PGE e/ou da PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA – PGM deve ser evitado como forma de contribuir com as medidas adotadas pelo governo do Estado do Ceará no combate ao COVID-19;

**CONSIDERANDO** a previsão do art. 190 do Código de Processo Civil e os termos de compromisso assinados com a PGE e a PGM;

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Todas as citações e/ou intimações urgentes direcionadas ao Estado do Ceará, até o dia 30 de abril de 2021, serão efetivadas mediante o envio de e-mail para o endereço eletrônico fornecido pela Procuradoria Geral do Estado, [pge@pge.ce.gov.br](mailto:pge@pge.ce.gov.br).

§ 1º São consideradas urgentes as matérias mencionadas no art. 4.º da Resolução n.º 313/2020, do CNJ, notadamente aquelas relacionadas às demandas de saúde, podendo o magistrado responsável pelo processo atribuir urgência a matéria correlata, por decisão fundamentada.

§ 2º Havendo necessidade de enviar a comunicação também à Secretaria de Saúde – SESA, e visando abreviar o cumprimento da ordem, quando for o caso, a mensagem será remetida igualmente ao e-mail [sesa.asjur@gmail.com](mailto:sesa.asjur@gmail.com).

§ 3º A comunicação (citação ou intimação) será considerada recebida pela PGE após o decurso de 24 horas do envio do e-mail pelo servidor responsável, que deverá certificar o cumprimento da ordem. A PGE e a SESA também poderão dar ciência da comunicação antes de decorrido o prazo de 24 horas acima mencionado.

**Art. 2º** Todas as citações e/ou intimações urgentes direcionadas ao MUNICÍPIO DE FORTALEZA, até o dia 30 de abril de 2021, serão efetivadas mediante o envio de e-mail para o endereço eletrônico fornecido pela PROCURADORIA GERAL DO



[MUNICÍPIO.intimacoesurgentes@pgm.fortaleza.ce.gov.br](mailto:intimacoesurgentes@pgm.fortaleza.ce.gov.br)

§ 1º São consideradas urgentes as matérias mencionadas no art. 4.º da Resolução n.º 313/2020, do CNJ, notadamente aquelas relacionadas às demandas de saúde, podendo o magistrado responsável pelo processo atribuir urgência a matéria correlata, por decisão fundamentada.

§ 2º A comunicação (citação ou intimação) será considerada recebida pela PGM após o decurso de 24 horas do envio do e-mail pelo oficial de justiça responsável pela diligência, que deverá certificar o cumprimento da ordem. A PGM também poderá dar ciência da comunicação antes de decorrido o prazo de 24 horas acima mencionado.

**Art. 3º** Esclarecer que a atribuição de enviar os e-mails mencionados nos artigos anteriores e de certificar cumprimento, juntando cópia da certidão aos autos, é do oficial de justiça responsável pela diligência.

**Art. 4º** A autorização objeto da presente portaria abrange exclusivamente os órgãos da Administração Direta Estadual e da Administração Direta do Município de Fortaleza, representados em Juízo pela PGE e pela PGM, respectivamente, não alcançando os órgãos das respectivas administrações indiretas;

**Art. 5º** A autorização objeto da presente portaria não abrange intimações e/ou notificações que, por determinação legal e/ou do juiz do caso concreto, sejam dirigidas direta e pessoalmente às autoridades da Administração Pública Direta estadual ou do Município de Fortaleza, como Governador, Prefeito, Secretários Estaduais e Municipais;

**Art. 6º** As disposições aqui constantes não excluem a possibilidade da realização de outras comunicações por meio eletrônico, desde que observadas as regras da Lei n.º 11.419/2006 e as diretrizes fixadas em atos normativos do Conselho Nacional de Justiça e do próprio Tribunal de Justiça do Estado do Ceará;

**Art. 7º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE. GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, aos 23 de fevereiro de 2021.

**Desembargadora Maria Nailde Pinheiro Nogueira**  
Presidente do TJCE

## OUTROS EXPEDIENTES

### DESPACHO

**Referência: 8500005-86.2021.8.06.0117 e outros**  
**Assunto: Ajuda de Custo por Exercício Cumulativo de Função**  
**Interessado(a): Antonio Jurandy Porto Rosa Junior e outros**

Nos termos do art. 112, parágrafo único, I, e art. 113, ambos da Lei nº 9.809, de 18 de dezembro de 1973, reconheço a dívida de exercício anterior e autorizo o pagamento no valor total de **R\$ 15.961,41 (quinze mil, novecentos e sessenta e um reais e quarenta e um centavos)** aos magistrados constantes do Anexo Único do presente expediente, referente à Ajuda de Custo por Exercício Cumulativo de Função, cuja despesa está vinculada ao primeiro grau de jurisdição.

Fortaleza, em 03 de fevereiro de 2021

**Maria Nailde Pinheiro Nogueira**  
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará

### ANEXO ÚNICO

Nº DE ORDEM	MATRÍCULA	NOME	PROCESSO	PERÍODO DE REFERÊNCIA	VALOR (R\$)	13º PROPORCIONAL	VALOR TOTAL
1	201024	ANTONIO JURANDY PORTO ROSA JUNIOR	8500005-86.2021.8.06.0117	14 A 18 DE OUTUBRO DE 2019	R\$ 561,49	-	R\$ 561,49
2	9958	EDUARDO BRAGA ROCHA	8500010-37.2021.8.06.0173	01 A 31 DE DEZEMBRO DE 2020	R\$ 3.200,47	R\$ 266,71	R\$ 3.467,18
3	23822	FABIO RODRIGUES SOUSA	8500005-15.2021.8.06.0173	02 A 30 DE NOVEMBRO DE 2020;	R\$ 3.893,90	R\$ 324,49	R\$ 4.218,39
4	3867	DAVID RIBEIRO DE SOUZA BELÉM	8500013-63.2021.8.06.0117	07 A 31 DE DEZEMBRO DE 2020	R\$ 2.807,43	R\$ 233,95	R\$ 3.041,38
5	6513	DAVID FORTUNA DA MATA	8500169-11.2021.8.06.0001	20 A 30 DE NOVEMBRO DE 2020; 01 A 09 DE DEZEMBRO DE 2020	R\$ 2.245,94	-	R\$ 2.245,94
6	10545	FRANCISCO IREILTON BEZERRA FREIRE	8500006-55.2021.8.06.0090	11 A 31 DE DEZEMBRO DE 2020	R\$ 2.240,33	R\$ 186,70	R\$ 2.427,03
<b>TOTAL</b>							<b>R\$ 15.961,41</b>

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**, em Fortaleza, 03 de fevereiro de 2021.